



Anais da Assembléia

N. 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURAATA DA 104.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

MENSAGEM N. 204/85

Curitiba, 20 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especificam, nas Municipalidades adiante mencionadas:

Município	n.º do convênio	data
Floraí	001/84-SEAD	19.04.84
Faxinal	003/84-SEAD	05.11.84
Faxinal	004/84-SEAD	05.11.84
Curitiba	006/84-SEAD	30.10.84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/95, 96, 97 e 98/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 15, 95, 45 e 30/85, os quais convertidos em Lei tornaram os n. 8.156, 8.158, 8.157 e 8.155, respectivamente.

Anote-se — Arquive-se.

Sob o n. 1.627/85-GS/SEIC, datado de 29 do mês próximo passado, do Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto — Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, reiterando a disposição de comparecer a esta Casa de Leis, com a finalidade de rebater as calúnias e injúrias feitas a sua pessoa pelo candidato do PDS à Prefeitura de Curitiba e também prestar quaisquer outros esclarecimentos relacionados com as acusações feitas pelo candidato citado. Para tanto, solicita de Vossa Excelência que marque uma data que seja da conveniência dos Senhores Parlamentares deste Poder Legislativo.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n. 256/85, que assegura aos atuais Auxiliares Administrativos contratados pela Secretaria das Finanças sob o regime C.L.T.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro inversão da votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Paulo Furiatti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nílso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edmar Luiz Costa, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernotê Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondy Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achan-do-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 29 SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 203/85

Curitiba, 29 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 15 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná e o Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando o intercâmbio de informações e experiências, com vistas à integração econômica e social entre as regiões limítrofes dos dois Estados.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. MOACYR LOURES PACHECO, ocorrido nesta Capital, em data de 7 do corrente.

Patriarca de tradicional família, o extinto que era natural de Guarapuava, foi colonizador da região Noroeste do Estado, de cujo arrojado pioneirismo originaram-se os florescentes Municípios de Nova Olímpia, Douradina e Maria Helena, sendo o primeiro Prefeito Municipal deste último, eleito no ano de 1960.

Bacharel em Direito, integrante da turma de 1935, militou por longos anos como advogado em nosso Estado, demonstrando sempre competência, tenacidade e honradez. Foi ainda secretário do Governo do saudoso interventor Manoel Ribas e era, atualmente, uma das maiores expressões nas atividades agropastoris do Estado. Era o mesmo genitor do Dr. Murilo Bastos Pacheco, conceituado advogado em nossa Capital e gozava de enorme estima e respeito junto à sociedade curitibana e paranaense, onde se constituiu por suas excelsas qualidades em paradigma de bondade e trabalho profícuo.

Requer, outrossim, que, após a aprovação do presente, dê-se ciência do inteiro teor do mesmo à família enlutada, no seguinte endereço: Av. República do Líbano n. 50, Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, pelo brilhante feito realizado na tarde de ontem, 10 de novembro, onde conquistou o Título de CAMPEÃO PARANAENSE DE FUTEBOL, da temporada de 1985.

Cumprimento o seu grande Presidente, os jogadores, enfim toda a grande família Atleticana, que lutou unida para que o seu objetivo fosse alcançado.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento da decisão da Mesa, à Diretoria do Clube.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja concedido voto de aplauso e congratulações ao presidente Walmor Zimmermann, ao técnico Octacílio Gonçalves, à equipe de atletas e aos associados e simpatizantes do Clube Atlético Paranaense, pela conquista, de forma incontestável, do título de Campeão paranaense de futebol de 1985.

O brilhante título conquistado reveste-se de um significado todo especial, tendo em vista que o histórico Estádio da Baixada, onde o campeonato foi conquistado, será agora demolido para dar lugar ao complexo social do Clube. O Atlético encerra, assim, mais um capítulo de sua gloriosa história com chave de ouro e o título de campeão estadual de 1985.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribui-

Curitiba, segunda, em 11.11.85

ções regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Universidade Católica do Paraná, pelo recebimento do título de Pontifícia Universidade Católica, em solenidade registrada no dia 08 de novembro em curso. Que, da decisão, se dê ciência à Reitoria da entidade acima nominada.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Católica do Paraná é instituição de primíssima grandeza dentro do constelado dos estabelecimentos de ensino superior do País.

A elevação da Universidade Católica do Paraná pelo Papa João Paulo II à condição da dignidade do Pontificado é testemunho dogmático de tudo o que ela apresenta como patrimônio educacional.

Sua direção, seu quadro de magistério, sua corporação de alunos e seus abnegados servidores merecem o tributo de louvor do Poder Legislativo do Estado do Paraná, que mais que nunca, orgulha-se por sediar em seu território, tão emérita organização escolar, por isso, a decisão presente do registro em seus Anais de voto de congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de Voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à pessoa do Excelentíssimo Sr. Magnífico Reitor da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Professor Doutor OSVALDO ARNS, extensivo a todo Corpo Docente e demais funcionários, pela notável distinção atribuída àquela Universidade, outorgando-lhe o Vaticano, o "TÍTULO DE PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE", num ato expressivo de reconhecimento pelos relevantes serviços que a PUC do Paraná vem prestando à cultura e ao desenvolvimento da comunidade paranaense, e, por extensão, ao povo brasileiro.

Tendo como mantenedora a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC., Associação Civil de fins educacionais, a PUC do Paraná é hoje motivo de grande orgulho e de júbilo para todos nós, pois que dentre as dezenas de Universidades existentes em todo o País, é a sexta a receber essa honrosa distinção a par de suas co-irmãs de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Belo Horizonte, o que lhe confere a condição de vincular o seu Estatuto e Regimento com o Direito Canônico, além de contar com o apoio especial da Sacra Congregatio, de Roma.

Desta decisão, requer, ainda seja dado ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do assunto cuja cópia anexa a este requerimento, e que se trata de CARTA ABERTA AO CANDIDATO REQUIÃO, publicada no jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS" de 07.11.85 da Professora Terezinha de Jesus Rocha Galotti, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Vice-Líder do Governo e PMDB.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 294/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTIANISMO DECIDIDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ACRIDAS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende a declaração de utilidade pública estadual, vem prestando relevantes serviços no setor da assistência social e da filantropia à comunidade carente desta Capital, de acordo com as suas finalidades estatutárias.

A documentação anexa, comprova o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 6994, reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos integrantes desta Casa.

PROJETO DE LEI N. 297/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA ISABEL, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública está devidamente registrada sob n. 9261, do Livro "A" 6, do Registro de Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos da Capital.

As exigências legais, estão comprovadas através da documentação que estamos anexando ao projeto.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

(Consultadas as Lideranças do PMDB, PFL, PDT, PDS, declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inversão da votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.º DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 278/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 198/85), que autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 2.650.000.000 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento Estadual

de Transporte Oficial – DETO, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 115, de 29/10/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 278/85

PARECER:

Originado da Mensagem Governamental n. 198/85, o projeto de lei em exame pretende autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 2.650.000.000 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial – DETO, destinados a cobrir despesas de custeio e de capital.

De acordo com a Mensagem, “os recursos necessários à cobertura do crédito suplementar solicitado, são provenientes do disposto no art. 43, § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964”.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite.

De fato, encontra-se entre as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a nossa Carta Magna Estadual, para a iniciativa de sua proposição.

Assim sendo, não temos porque não manifestar o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 278/85

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir Crédito Suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial – DETO.

Sobre a matéria houve pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente à proposição, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face a disponibilidade constante da justificativa que acompanha a mensagem.

Nestas condições e considerando que o presente plano de lei encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI – Presidente e Relator.

1.º DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 243/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 175/85), que encaminha Orçamento Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1986. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO ao Projeto e CONTRÁRIO às EMENDAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 30/10/85, Mensagem).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO – PARECER
(Publicado no Avulso de 06/11/85).

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 238/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 180/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 2.708.087.000 (dois bilhões, setecentos e oito milhões, oitenta e sete mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 238/85

PARECER:

Pela Mensagem n. 180/85 é encaminhado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 238/85, através do qual se pretende alterar o orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, ficando autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar até o valor de Cr\$ 2.708.087.000 (dois bilhões, setecentos e oito milhões, oitenta e sete mil cruzeiros).

Ao analisar a proposição, verificamos que a presente iniciativa não fere preceito constitucional ou legal, estando a matéria em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 238/85

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade, abrir Crédito Suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR.

Sobre a matéria houve pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente a proposição, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face a disponibilidade constante da justificativa que acompanha a mensagem.

Nestas condições e considerando que o presente plano de lei encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 131/85, (ex-Proposição n. 04/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as prestações de contas dos senhores Deputados, dotação de Subvenção Social, referentes ao exercício de 1984. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 131/85

A Assembléia Legislativa do Estado, através da ex-Proposição n. 04/85, aprova a seguinte

RESOLUÇÃO:

ARTIGO ÚNICO – São aprovadas as prestações de contas dos Senhores Deputados, dotação de Subvenção Social, referentes ao exercício de 1984.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente;
IVAN GUBERT – Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N. 131/85

PARECER:

A presente Proposição, originária da Mensagem Governamental n. 148/85 destina-se a obter da Assembléia Legislativa o necessário “referendum” a Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, para os fins que especifica.

Com efeito, subordina-se a matéria à iniciativa do Chefe

do Poder Executivo (artigo 47, IX, da Carta Magna Estadual), conformando-se desse modo, o processo às exigências de ordem constitucional e regimental.

Dos termos da Justificativa, ressaltam a conveniência e oportunidade da medida, atendidos os altos interesses da Administração.

Nestas condições, somos de opinião FAVORÁVEL à ratificação da Proposição, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
MÁRIO PEREIRA – Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PARECER:

O presente processo refere-se à Movimentação pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da Verba de Orçamento 3.2.1.0, Subvenções Sociais e Instituições Privadas e Prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, exercício de 1984.

Contas referentes à Verba de Assistência Social prestadas pelos Senhores Deputados, constantes protocolados referidos no Ofício da Coordenadoria, protocolados sob n. 1386 de 04 de março de 1985 e n. 136 de 07 de janeiro de 1985, respectivamente.

- Prestação de contas do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, num total de 26 (vinte e seis) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, num total de 167 (cento e sessenta e sete) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Airton Cordeiro, num total de 66 (sessenta e seis) processos;
- Prestação de contas da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, num total de 17 (dezessete) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Anibal Khury, num total de 19 (dezenove) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Antônio Annibelli, num total de 48 (quarenta e oito) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Antônio Belinati, num total de 37 (trinta e sete) processos;
- Prestação de contas do Senhor Arleir Ferrari Júnior, num total de 34 (trinta e quatro) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Artagnão de Mattos Leão, num total de 22 (vinte e dois) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Augusto Carneiro, num total de 44 (quarenta e quatro) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Basílio Zanusso, num total de 60 (sessenta) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Dirceu Manfredino, num total de 40 (quarenta) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, num total de 27 (vinte e sete) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Donato Gulin, num total de 26 (vinte e seis) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Edgard Pimentel, num total de 30 (trinta) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, num total de 39 (trinta e nove) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Eduardo Baggio, num total de 21 (vinte e um) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, num total de 25 (vinte e cinco) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Ezequias Losso, num total de 33 (trinta e três) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Francisco Escorsin, num total de 54 (cinquenta e quatro) processos;
- Prestação de contas do Senhor Deputado Fuad Nacli,

num total de 36 (trinta e seis) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Gabriel Manoel, num total de 37 (trinta e sete) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Gernote Kirinus, num total de 34 (trinta e quatro) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, num total de 38 (trinta e oito) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Hermas Brandão, num total de 45 (quarenta e cinco) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Homero Oguido, num total de 53 (cinquenta e três) processos;

Prestação de contas da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, num total de 28 (vinte e oito) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Ivan Gubert, num total de 33 (trinta e três) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, num total de 29 (vinte e nove) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, num total de 64 (sessenta e quatro) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado José Tadeu Bento França, num total de 18 (dezoito) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado, num total de 40 (quarenta) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Leônidas Chaves, num total de 72 (setenta e dois) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, num total de 47 (quarenta e sete) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, num total de 39 (trinta e nove) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Márcio Almeida, num total de 12 (doze) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Mário Pereira, num total de 66 (sessenta e seis) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Nelson Buffara, num total de 30 (trinta) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguido, num total de 56 (cinquenta e seis) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, num total de 25 (vinte e cinco) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Nestor Baptista, num total de 63 (sessenta e três) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, num total de 42 (quarenta e dois) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Odeni Mongrue, num total de 58 (cinquenta e oito) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Orlando Pessuti, num total de 50 (cinquenta) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, num total de 30 (trinta) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Paulo César Furiatti, num total de 41 (quarenta e um) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Péricles Pacheco da Silva, num total de 71 (setenta e um) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Quíelso Crisóstomo da Silva, num total de 10 (dez) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Roberto Requião, num total de 04 (quatro) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Rubens Bueno, num total de 44 (quarenta e quatro) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Sabino Campos, num total de 46 (quarenta e seis) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Sérgio Spada,

num total de 58 (cinquenta e oito) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, num total de 21 (vinte e um) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Trajano Bastos, num total de 45 (quarenta e cinco) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Tuguio Setogute, num total de 20 (vinte) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Werner Wanderer, num total de 37 (trinta e sete) processos;

Prestação de contas do Senhor Deputado Wilson Fortes, num total de 29 (vinte e nove) processos.

Após o estudo minucioso dos processos citados, chegamos à conclusão que a distribuição feita está de acordo com o que determina a legislação em vigor. Estando pois, em condições de serem apreciados por esta Comissão. Pela aprovação.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS - Presidente

IVAN GUBERT - Relator

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 113/85, (Mensagem n. 148/85 - ex-Proposição n. 131/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, de 29.11.79 e do termo aditivo de 16.05.83, objetivando aplicação de recursos do PEME com vistas à implantação de módulos esportivos nos municípios que especifica. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 112/85, (Mensagem n. 133/85 - ex-Proposição n. 121/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Revigoração dos Convênios datados em 05.07.85, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com participação da COMEC. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 111/85, (Mensagem n. 144/85 - ex-Proposição n. 126/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, em 26.06.85, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR – Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, na implantação de melhorias na rede viária. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 110/85, (Mensagem n. 147/85 - ex-Proposição n. 130/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 03.10.85, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e o município de Cascavel, objetivando apoiar a municipalidade na conscientização da comunidade quanto ao valor das atividades culturais e desportivas. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 109/85, (Mensagem n. 126/85 - ex-Proposição n. 114/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 10.06.85, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR, e os municípios que especifica, objetivando a construção

de prédios destinados a abrigar Subdivisões Policiais naqueles municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 108/85 (Mensagem n. 152/85 - ex-Proposição n. 134/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, visando conceder bolsas de estudo para que técnicos brasileiros não residentes em Curitiba, participem do III Curso Internacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano, com objetivo que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 107/85 (Mensagem n. 116/85 - ex-Proposição n. 106/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos municípios mencionados. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 106/85, (Mensagem n. 151/85 - ex-Proposição n. 133/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Curitiba, através da Secretaria do Planejamento, com a interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos do PME/PR – Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, com objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 105/85, (Ex-Proposição n. 01/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1984. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 104/85, (Mensagem n. 118/85 - ex-Proposição n. 112/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo 1.^o, de 20.06.85 ao Convênio celebrado em 13.05.82, entre o Governo do Estado do Paraná e a CIC S/A, com a interveniência do município de Curitiba, com objetivo que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 219/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 165/84) objetivando alterar a redação do Artigo 27, da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, bem como adotar providências com vistas a estabelecer condições para implantação através do ITC, do "Plano de Colonização para fins de 'Concessão de Uso'" em terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e da C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 181/84, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina "Moacir Júlio Silvestre" a rodovia PR-456, que liga Pitanga a Palmital, passando pelos Distritos de Barra Grande e Barra Preta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Curitiba, segunda, em 11.11.85
 midade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

3.^a DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 270/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que autoriza o Poder Executivo isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO DA C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 43/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16.11.70, aos funcionários da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 43/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - A gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde, de que trata o art. 172, item V, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, será devida aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quando estiverem no desempenho de atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, os exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente, e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 1.^o - Entende-se como limite de tolerância a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do funcionário durante a sua atividade laboral.

§ 2.^o - A gratificação de que trata este artigo, à base de 1/3 do respectivo vencimento, estende-se aos hanseniologistas, antigos leprologistas, fisiologistas e radiologistas inativos, que se aposentaram antes de 1970 e que gozavam de vantagem do terço de risco de saúde, congelado em agosto de 1962.

Art. 2.^o - A gratificação prevista neste lei será dada aos funcionários de que trata o artigo anterior, independente da jornada de trabalho a que estejam sujeitos.

§ 1.^o - O percentual a ser deferido como gratificação será definido em função do grau de insalubridade a que estiver exposto o funcionário durante o trabalho.

§ 2.^o - Não será devida gratificação:

- I - quando o risco for considerado ocasional; e
- II - quando o funcionário estiver sujeito a agentes nocivos, mas dentro dos limites de tolerância.

Art. 3.^o - De acordo com o grau de risco a que o funcionário estiver exposto, o percentual de gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no país à data do último aumento geral de vencimentos do funcionalismo do Estado, devendo ser reajustada juntamente com os aumentos gerais subsequentes.

Art. 4.^o - É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo

exercício de trabalho com risco de saúde, com a gratificação pelo exercício de trabalho com risco de vida, mesmo que por lei elas sejam regulamentadas separadamente.

Art. 5º - Não será devida a gratificação prevista nesta lei quando do afastamento do funcionário do exercício das atribuições que ensejaram a concessão da vantagem, salvo nos casos dos itens I, II, III, V, VI, VIII, IX, X e XI do art. 249, da Lei n. 6.174/70.

Art. 6º - Ocorrendo a atribuição de encargos diferentes daqueles que justificaram a concessão da vantagem, ou a remoção dos fatores de insalubridade, o funcionário beneficiado perderá o direito à vantagem e o órgão setorial de recursos humanos providenciará de imediato a sustação do respectivo pagamento.

Art. 7º - Para fins de mensuração dos graus de insalubridade, o órgão incumbido de proceder a perícia adotará os critérios tecnicamente recomendáveis e no laudo dirá somente se o risco é mínimo, médio ou máximo.

Art. 8º - O órgão próprio, especialmente credenciado pela Secretaria de Estado da Administração, deverá apurar se o risco a que está submetido o funcionário é inerente às atribuições do respectivo cargo e emitir o necessário laudo, levando em conta:

- I - se há risco de saúde;
- II - se é imediato ou ocasional;
- III - se o risco pode ser removido ou minimizado; e
- IV - quais os meios a serem adotados.

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Administração, a seu critério, baixará as instruções complementares que julgar necessárias, ao cumprimento da presente lei.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

TADEU FRANÇA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do dr. Moacyr Loures Pacheco, ocorrido no dia 7 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Clube Atlético Paranaense, pela conquista do título de campeão paranaense do futebol do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 256/85, que assegura aos atuais Auxiliares Administrativos contratados pela Secretaria de Finanças pelo regime CLT. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Senhor Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela distinção atribuída àquela Universidade, outorgando-lhe o Vaticano, o título de "Pontifícia Universidade". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Universidade Católica do Paraná, pelo recebimento

do título de Pontifícia Universidade Católica, em solenidade registrada no dia 8 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela conquista do título de campeão paranaense de futebol do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a criação de uma Comissão Especial composta de 5 membros, para verificar "in loco" a situação das terras cedidas pelo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para desapropriação com fins de implantar a Reforma Agrária no Estado do Maranhão, bem como a inclusão na referida Comissão do nome do mesmo, tendo em vista a sua desfiliação partidária. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do assunto que trata de "Carta Aberta ao Candidato Requião", publicado no jornal "Correio de Notícias". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parciais da CPI da corrupção. **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

12 Senhores Deputados aprovam; 8 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 183/85

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/84 e dos Projetos de Resolução n. 104, 105, 106, 107, 108 e 109/85.

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução n. 110, 111, 112, 113 e 131/85; e dos Projetos de Lei n. 238 e 278/85.

Para Quarta-feira, dia 13 de novembro:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 243/85 - Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1986.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1985.

"CARTA ABERTA AO CANDIDATO REQUIÃO"

Jornal "Correio de Notícias"

Prezado Senhor,

Sou professora aposentada e o meu passado como educadora poderá demonstrar que sempre fui coerente comigo mesma, com meus ideais, como cristã e cidadã brasileira.

Desde a primeira eleição do senhor José Richa (para Deputado Federal) trabalhamos, eu e meu esposo — Edilson Novais Galloti — para nosso amigo Richa. Lá, em Guaratuba, todos sabem, que a nossa casa era o Q.G. da Campanha de Richa e do senhor José Afonso (para Deputado Estadual) já falecido. A campanha foi feita sem nenhuma ajuda financeira da parte dos candidatos, pois nossa amizade valia o esforço do nosso trabalho e ajuda. Amanhecíamos pintando muros e pregando faixas.

E, assim tem sido todos esses anos, em todas as campanhas do nosso amigo candidato. Sempre estamos prontos para trabalhar por um Partido em que acreditamos e em um homem íntegro e bom que bem conhecemos.

Meu esposo não conseguiu nenhum cargo em seu governo, mas isso não nos impede de ver e de dizer o quanto ele tem sido bom governador.

O senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, outro dia falava que o professor não tinha nada para comemorar e eu gostaria de dizer-lhe, que eu e toda classe temos muito a comemorar, tal seja — pela primeira vez, depois de 30 anos de magistério, recebo o 13.^o salário, no primeiro ano de governo do senhor José Richa; que não precisamos mais fazer greve, como nos governos anteriores, para receber o aumento semestral.

Devemos ser coerente. Eu jamais votaria num Paulo Pimentel que, quando no governo, disse a uma comissão de professoras que reivindicavam maiores salários, que "as professoras não precisavam de aumento porque tinham seus maridos que as sustentavam e as que não tinham que arranjassem amantes"...

Infelizmente eu não estava entre essas professoras, pois hoje daria meu testemunho, mas já ouvi muitas vezes contarem

esse episódio. E, hoje, ele quer aparecer como defensor das próprias professoras.

Fico revoltada em ver que velhas raposas, com velhos truques de uma época que vivi, voltam à cena nos palanques e televisões para ludibriar o povo, subestimando sua inteligência. Mentem e exigem que em tão pouco tempo o PMDB possa consertar o que estragaram em mais de 20 anos, exigem o milagre dos outros e se dizem santos.

O Algaci Túlio reclama — "já tiveram dois anos e meio e nada fizeram"... Que Deus perdoe sua insanidade.

Estão lhe acusando de ter o apoio dos comunistas, e isso não deve deixá-lo triste, pois mil vezes o apoio de um partido que sabe o que quer e não nega seus ideais do que o aval de partidos cheios de pessoas inescrupulosas, mentirosas, cheias de interesses escusos, dizendo-se democratas.

Numa reunião com professoras aposentadas, uma delas me disse: eu acho que seu candidato vai perder. Eu respondi: — Se vai perder, não é por causa do meu voto; eu tenho primeiramente um compromisso comigo mesma de escolher o melhor candidato — e isso já me satisfaz.

Outra coisa que me entristece muito é ver como agora todos falam em Deus, querendo comprar votos às custas da Religião. Eu pertencço às lideranças católicas e afirmo, com toda convicção de que — quem usar o nome do "Senhor Jesus, para enganar, não ficará impune. Os homens podem ser iludidos, mas Deus jamais".

Continue na sua campanha, senhor Requião, sem ódio, sem sujeira, não faça o "jogo deles", confie no seu Partido, no governador, no povo que não é bobo e, acima de tudo, no Divino Espírito Santo que há de iluminá-lo.

Ninguém me pediu para escrever, mas sinto que a minha omissão seria pior do que as mentiras de certos candidatos.

Com todo carinho,

Prof.^a Terezinha de Jesus Rocha Galloti

Rua Jovino do Rosário, 797 - Bloco I, ap. 14

Boa Vista — Curitiba - Paraná.